

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco
ou o MME:**

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Sem interferência.....	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Temer retoma plano nuclear e governo prevê várias usinas.....	2
Título: Plano para recuperar Rio de Janeiro patina com imprevistos	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: Ministério do trabalho vai à Justiça contra Usiminas.....	6

VEÍCULO: O Globo**Seção: Colunas****Autor: Lauro Jardim****Título: Sem interferência**

COM GUILHERME AMADO, ATHOS MOURA
E CLARISSA STYCKER

ECONOMIA

A ANP terminou a audiência pública em que ouviu sugestões para definir a periodicidade dos reajustes de combustíveis. Em duas semanas, dará o seu veredicto. Mas que nenhum intervencionista se anime. A ANP não vai arbitrar qualquer solução que interfira na formação de preços do setor.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Rubens Valente****Título: Temer retoma plano nuclear e governo prevê várias usinas**

Expansão no uso de energia atômica divide especialistas e ambientalistas

O Palácio do Planalto elaborou a proposta de um programa que prevê ampliar a geração de energia nuclear no país, aumentar a exportação de urânio e dinamizar a mineração do setor.

O crescimento do uso de energia atômica divide especialistas e ambientalistas.

O documento, ao qual a Folha teve acesso, foi produzido pelo CDPNB (Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro), organismo vinculado ao Planalto e criado em 2008, durante o segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, e alterado em 2017, no governo Michel Temer.

Há um ano, o presidente passou a coordenação do comitê da Casa Civil para o general Sérgio Etchegoyen, ministro-chefe do GSI (Gabinete de Segurança Institucional).

O comitê é formado por representantes de onze ministérios. O general quer entregar o novo PNB (Programa Nuclear Brasileiro) ao Congresso até o fim deste ano, na forma de um projeto de lei.

Etchegoyen criou sete grupos de trabalho sobre o tema nuclear e convocou duas reuniões do comitê neste ano, a última no dia 5 de julho, na qual distribuiu a proposta da PNB.

A Folha apurou que o militar tem dito aos participantes que gostaria de construir várias usinas nucleares em diferentes partes do país e retomar a construção da usina de Angra 3, paralisada desde o escândalo de corrupção na obra, revelado pela Operação Lava Jato.

A proposta não detalha quantas e quais seriam as futuras usinas.

Em 2016, equipe da Eletronuclear, uma subsidiária da Eletrobrás, visitou estados (Minas, Pernambuco, Alagoas e Sergipe) com potencial para receber novas unidades, em viagens acompanhadas por fornecedores estrangeiros da iniciativa privada da China, dos Estados Unidos e da França.

Ambientalistas ouvidos pela Folha questionaram essa opção energética no momento em que outros países intensificam a adoção de energias renováveis.

“O Brasil tem um dos maiores potenciais do mundo para energia eólica e solar. Não existe a menor necessidade de o país investir em uma energia cara, perigosa, quando temos soluções que são verdadeiramente seguras”, disse Thiago Almeida, representante do Greenpeace na área nuclear.

Além de prever a expansão da geração de energia nuclear, o artigo primeiro da proposta da PNB diz que ela é “limpa”.

Segundo o representante do Greenpeace, há estimativas de que foram gastos R\$ 300 bilhões para corrigir danos provocados pelos acidentes em Fukushima (2011) e R\$ 1,5 trilhão em Chernobill (1986).

Há ainda custos para acomodar o lixo atômico e fazer a desmontagem das usinas, quando deixarem de ser produtivas.

O ativista Francisco Whitaker, que em 2006 recebeu o Prêmio Nobel Alternativo concedido pelo Parlamento sueco, disse que a proposta do governo significa “remar contra a maré e contra a história”.

Ele lembra que diversos países estão abandonando a opção nuclear, como a Alemanha, que fará o desligamento de todas as usinas nucleares até 2022.

Para Aquilino Senra, professor do programa nuclear da Coppe (Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia) da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), a energia nuclear pode ser considerada limpa pela pouca emissão de gases de efeito estufa.

O professor questiona o momento de elaboração da política do Planalto, a apenas seis meses do fim do governo Temer.

Contudo, defende a ampliação de energia nuclear porque, segundo ele, o país usa pouco esse tipo de energia embora detenha tecnologia e matéria-prima suficientes, com a sexta maior reserva de urânio no mundo.

O físico e doutor em engenharia nuclear Ivan Salati, vice-presidente da Aben (Associação Brasileira de Energia Nuclear), que reúne técnicos e pesquisadores do setor, afirmou que a energia nuclear “vem mantendo sua importância como energia de base, mesmo nos países mais desenvolvidos”.

Em nota, o GSI afirmou que a nova PNB “terá caráter macro, amplo e com a finalidade de nortear o planejamento, as ações e as atividades nucleares e radioativas em todo o território nacional, em estrito respeito à soberania e em prol do interesse nacional, da proteção da saúde humana e do ambiente”.

A Folha indagou por que o GSI passou, em 2017, a coordenar a discussão.

O órgão respondeu que o tema “afeta diretamente a segurança nacional” por ter caráter “estratégico e sensível, no âmbito nacional e internacional”.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Plano para recuperar Rio de Janeiro patina com imprevistos

Estado só consegue fechar as contas graças à recuperação dos royalties com a alta nos preços do petróleo

COMO ESTAMOS RIO DE JANEIRO

Com atrasos nas iniciativas acertadas com o governo federal e arrecadação abaixo do esperado, o plano de recuperação fiscal do Rio ganhou dois novos obstáculos e pode demandar a aprovação de medidas adicionais de cortes de custos ou aumento de receita.

Dez meses após a adesão ao regime de recuperação dos estados, o Rio só consegue fechar as contas graças ao inesperado incremento na receita de royalties do petróleo com a alta nos preços do óleo.

A adesão ao regime, em 2017, garantiu a suspensão de pagamentos da dívida com a União e a autorização para novos empréstimos, em troca de medidas de austeridade.

O último relatório do conselho do Ministério da Fazenda responsável pela supervisão do plano, porém, mostra que cinco de 12 medidas de caráter continuado do regime estão com receita abaixo do esperado — até abril, arrecadou-se só 73,2% dos R\$ 2,5 bilhões previstos para o período.

Um dos pontos contínuos do plano, a elevação da contribuição previdenciária de servidores de 11% para 14%, foi suspenso na semana passada pela Justiça estadual e pode custar R\$ 1,4 bilhão até o fim da recuperação, em 2020.

O mérito da questão ainda será discutido pelo Supremo Tribunal Federal.

Entre as medidas pontuais, que incluem empréstimos e concessões, apenas duas de oito renderam o previsto até agora. Com elas, o Rio arrecadou 70% dos R\$ 9,1 bilhões estimados. A previsão não inclui a privatização da Cedae (companhia de saneamento), cujo valor ainda não foi estimado.

Atrasos em medidas de caráter contínuo podem demandar medidas adicionais. “Caso o entendimento jurídico seja mantido e a alíquota previdenciária volte a ser de 11%, o estado do Rio terá de compensar o efeito financeiro dessa frustração com a proposição de medida adicional”, afirmou o Ministério da Fazenda.

As dificuldades tendem a se agravar em período eleitoral, como mostra a aprovação em votação simbólica após acordo entre as lideranças da Alerj (Assembleia Legislativa do Rio) de reajustes para servidores, o que é vedado pelo regime de recuperação fiscal.

O aumento de 5% valeria para servidores da Justiça, da Defensoria e do Ministério Público. Vetado pelo governador Luiz Fernando Pezão (MDB), voltará para apreciação dos deputados após o recesso.

O deputado Luiz Paulo (PSDB), que preside a Comissão de Orçamento, diz que a derrubada do veto é difícil, já que depende de dois terços dos votos. “Não é fácil derrubar um veto, mas ele será votado durante a campanha e pode ser que a base trema.”

Os aumentos haviam sido prometidos em 2015, mas foram suspensos quando a crise começou a se agravar. No fim daquele ano, o governo começou a atrasar salários. Em junho do ano seguinte, às vésperas da Olimpíada, decretou calamidade financeira para poder pagar policiais e concluir obras do metrô.

Após empréstimos e a venda da folha de pagamento, o governo conseguiu quitar em abril deste ano todos os salários atrasados, com ajuda dos royalties do petróleo e participações especiais cobradas sobre grandes produtores.

Neste ano o estado já arrecadou R\$ 5,3 bilhões com essas rubricas, quase 50% superior ao verificado em 2017.

Para o economista Raul Velloso, especialista em contas públicas, a receita do petróleo torna tranquila a situação do estado por enquanto.

“Não me preocupo com o Rio agora”, diz, ressaltando que o estado precisa de medidas de longo prazo para equilibrar a Previdência. O sistema deve fechar o ano com déficit superior a R\$ 10 bilhões.

Luiz Paulo alerta ainda para o grande volume de restos a pagar, em torno de R\$ 10,5 bilhões, e para o compromisso com o pagamento de dívida após o fim do prazo de recuperação. Em 2024, por exemplo, o custo da dívida deve ultrapassar os R\$ 18 bilhões.

Procurada, a secretaria de Fazenda do Rio não respondeu ao pedido de entrevista.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor:

Título: Ministério do trabalho vai à Justiça contra Usiminas

Coluna do Broadcast

O Ministério Público do Trabalho (MPT) ingressou com ação civil pública na Justiça, a qual o Broadcast teve acesso, contra a Usiminas e o conselheiro indicado pelos empregados da siderúrgica mineira, Luiz Carlos Miranda. O MPT diz que, em sua visão, documentos anexados à ação comprovam que a Usiminas forneceu dinheiro de forma ilícita para o sindicato, do qual Miranda participa.

A transferência de recursos teria ocorrido por meio de um "sistema de dissimulação consistente em pagamentos milionários por falsos contratos de prestação de serviços pelo Sindicato e também pela Fundação São Francisco Xavier, entidade controlada e mantida pela Usiminas". Assim, o MPT conclui que Miranda foi utilizado para corromper e subverter as relações coletivas de trabalho e que, para isso, recebia em troca benefício econômico, financeiro e político.

» Investigação. O movimento ocorre após o MPT ter instaurado um inquérito civil com o objetivo de apurar denúncias sobre a eleição realizada pela Usiminas, na qual Miranda foi apontado como representante dos trabalhadores ao colegiado. O MPT explica, na ação, que o objeto de tal inquérito acabou sendo ampliado, visto que foi constatado que Miranda, "na qualidade de membro da direção da empresa", e com o apoio do presidente executivo da companhia,

"vem fazendo aberta campanha eleitoral na região". A ação cita ter sido constatado que "eleições fraudulentas para o conselho da empresa", em 2016 e 2018, a fim de eleger Miranda, são "apenas um capítulo da atuação arraigada e permanente do sistema de corrupção das relações coletivas contra os trabalhadores" e que acaba, por fim, negando a liberdade sindical dos empregados.

» Pedidos. O MPT requer tutela antecipada para "restaurar a ordem jurídica violada", com sua saída imediata do conselho da Usiminas. Pede ainda novas eleições para representante dos trabalhadores da Usiminas no conselho, quebra de sigilo fiscal e bancário de Luiz Carlos Miranda e realização de perícia judicial no sindicato. Por danos morais, o Ministério Público do Trabalho pede o pagamento de R\$ 100 milhões pela Usiminas e de R\$ 5 milhões por Miranda.

Procurada, a Usiminas informou que ainda não teve acesso ao conteúdo da ação, mas reiterou a lisura do processo de eleição e, ainda que o representante dos empregados "preenche todos os requisitos da Lei das S/As para ocupar a posição de conselheiro da companhia". Luiz Carlos Miranda também informou não ter sido notificado, mas disse que a eleição ocorreu com "regras claras e transparentes", em um processo democrático. Disse ainda que tomará as medidas legais cabíveis para responsabilizar o autor de tais alegações "de forma caluniosa".

» Quase lá. A conclusão da compra da Eldorado Brasil, da J&F Investimentos, pela Paper Excellence está na reta final. O grupo já detém 49,4% das ações da companhia brasileira de celulose e deve encerrar o processo de aquisição total do controle até 10 de agosto, em uma operação que movimentou R\$ 15 bilhões.

» Aprimorando. Enquanto conclui a estratégia de venda de ativos, a J&F Investimentos segue avançando na melhora da governança corporativa de suas empresas, após a crise enfrentada pelo grupo a partir de maio do ano passado. A holding acaba de contratar a consultoria Ernest & Young para auxiliar na implementação do compliance.

» De olho. O Mercado Pago, plataforma de serviços financeiros do Mercado Livre, está avançando na oferta de crédito. Depois de lançar uma linha voltada

aos vendedores do site e ainda aos usuários de suas maquininhas, batizadas de Point, a empresa quer atrair também quem faz compras no site a partir da segunda metade deste ano. » É só o começo. Desde que começou a ofertar crédito para os clientes do Mercado Livre, a partir de janeiro último, o Mercado Pago já concedeu R\$ 300 milhões.

» Quase um banco. Como não é uma instituição financeira, o Mercado Pago conta com parceria com o Banco Topázio, do Rio Grande do Sul, e com a financeira Money Plus para emprestar ao ecossistema do Mercado Livre. A empresa não descarta, contudo, ampliar o leque de apoio para crescer para mais segmentos de crédito.

» Aço em alta. A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) anunciou, para a rede de distribuição, aumento de 12,25% nos preços do aço laminado. Para o material zincado, o reajuste será de 10,75%. Ambos serão implementados a partir do dia 27 deste mês. A CSN não comentou.

» Apesar da derrota. O faturamento dos bares e restaurantes brasileiros cresceu 68% na sexta-feira, dia 6, quando o Brasil se despediu da Copa do Mundo no jogo contra a Bélgica, em relação ao mesmo dia da semana anterior. Em Recife, o aumento foi de 101%, o maior segundo o levantamento feito pela Rede, empresa de meios de pagamento eletrônicos do Itaú Unibanco.

MME / ASCOM .